



Comissão pela África

Fazendo a verdadeira diferença

Resumo da discussão eletrônica
dos organismos de pesquisa e organizações não-governamentais sobre
o trabalho de Comissão pela África

Setembro 2004



Esta discussão eletrônica foi organizada sob a direção do Diretor de Overseas Development Institute, Simon Maxwell, por Elizabeth Cromwell, Fiona Drysdale e David Sunderland. Cópias do relatório completo e materiais referentes tanto à discussão inicial realizada em Julho de 2004 como a esta discussão realizada em Agosto e Setembro de 2004 encontram-se disponíveis (em inglês) no sítio <http://www.odi.org.uk/AfricaConsultation/>. Cópias dos resumos em francês e em português de ambas as consultas também encontram-se aí disponíveis.

A Comissão pela África

A Comissão pela África é uma iniciativa do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, para proporcionar um conjunto de políticas coerentes visando acelerar o progresso da busca de uma África forte e próspera. Ela apresentará um relatório na primavera de 2005, incluindo recomendações ao G8, à União Europeia e a outros países ricos, bem como aos países africanos.

<http://www.commissionforafrica.org>

Overseas Development Institute

ODI é um centro britânico líder de reflexão independente sobre problemas de desenvolvimento internacional e humanitários. Sua missão é inspirar e informar a respeito de políticas e práticas que conduzam a reduzir a pobreza, a aliviar o sofrimento e a atingir meios de subsistência sustentáveis nos países em desenvolvimento. Ele o faz através da reunião de pesquisas aplicadas de alto nível, conselhos práticos sobre políticas, difusão e debate focalizados em políticas. Ele trabalha com parceiros dos setores público e privado, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos.

<http://www.odi.org.uk>

Resumo

“Cada um sabe onde o sapato aperta”

Esta discussão eletrônica propiciou uma plataforma para os organismos de pesquisa e as organizações não-governamentais expressarem seus pontos de vista sobre o Programa de Ação da Comissão pela África (versão do 4 de Agosto de 2004) para os governos, as empresas e a sociedade civil, na África e fora dela.

A ênfase da discussão foi na prioridade de medidas práticas na África para que progressos sejam feitos para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no quê os países desenvolvidos devem fazer para apoiar os esforços africanos.

Os participantes destacaram que as nações ricas têm não apenas um, mas dois papéis diferentes a cumprir: de um lado, apoiar as mudanças na África através de um financiamento adequado ao desenvolvimento e de assistência técnica; mas, igualmente importante, ‘arrumar a própria casa’. Em especial, é necessária uma melhor regulamentação da atividade do setor privado (mineração, mercenários, lavagem de dinheiro) para complementar a ação multilateral sobre o comércio e a dívida.

Mais de 300 organismos de pesquisa e organizações não-governamentais se inscreveram para a discussão, que ocorreu durante os meses de Agosto e Setembro de 2004 e foi precursora de uma série de encontros públicos que acontecerão mais tarde na África, ainda em 2004.

Aperfeiçoar a *governance* e reforçar capacidades surgiram como pré-requisitos essenciais, dando suporte às ações nas outras áreas prioritárias para enfrentar as raízes das causas de conflitos e criar um ambiente positivo para o crescimento econômico sustentado.

A discussão foi organizada em torno dos cinco elementos do programa de trabalho proposto pela Comissão pela África : paz e segurança; aperfeiçoamento da *governance*; desenvolvimento humano; oportunidades de crescimento; e financiamento ao desenvolvimento. Este Resumo destaca os pontos principais resultantes da discussão, e especialmente o que a África precisa que os países ricos façam para apoiar seus esforços.

Aperfeiçoar a *governance*

“Como poderá a África atingir a liderança que faz a diferença?”

A África precisa de mais líderes comprometidos com a verdadeira e efetiva redução da pobreza: a contribuição para o aperfeiçoamento da *governance* deve ser a característica definitiva do trabalho da Comissão pela África, sugeriram os participantes.

São necessárias medidas práticas no continente em três áreas:

- identificar incentivos e recompensas para líderes africanos e empregados civis para adotar uma perspectiva mais ética, em favor dos pobres;
- fornecer-lhes informações de boa qualidade baseadas em evidências sobre opções políticas; e
- ao mesmo tempo, apoiar o aperfeiçoamento da demanda de prestação de serviços, melhorando a lei e aumentando o acesso da sociedade às informações sobre direitos e responsabilidades – o rádio foi destacado como um recurso útil; e
- estabelecer organismos de controle governamental independentes (não-partidários, não-políticos, não-estatais).

As nações ricas precisam reforçar os controles sobre a corrupção no setor privado no tocante a contratos e acesso a recursos, lavagem de dinheiro e receptação de objetos roubados.

De maneira geral, a relação entre a África e a comunidade internacional deve se desenvolver numa parceira mais madura de iguais, reconhecendo-se de ambos os lados tanto as responsabilidades como os direitos.

Desenvolvimento humano

*“Uma população educada, envolvida e bem disciplinada, consciente e orgulhosa de suas raízes, poderia contribuir para uma *governance* mais eficaz”*

Os participantes ressaltaram que a educação, a formação e o melhor fluxo de informação através da sociedade civil são cruciais para o desenvolvimento da África, e especialmente para melhorar a *governance*: os africanos são seu principal recurso.

Os participantes fizeram várias sugestões práticas para a ação no continente:

- envolver uma gama maior de atores para identificar as necessidades e prestar serviços, incluindo organizações da sociedade civil e também a indústria, cujas necessidades a educação secundária e superior devem tentar satisfazer de maneira mais eficaz;
- reconhecer e promover os valores culturais africanos, através do ensino da língua materna e da cidadania baseado nos códigos morais africanos;
- fazer maior uso do ensino à distância e aberto, através dos vários esquemas de aprendizado da Commonwealth, por exemplo.

As nações ricas devem

- Apoiar ações práticas na África, sobretudo financiando os programas integrados a longo-prazo, e não os esquemas verticais a curto-prazo;
- Tomar atitudes práticas para reparar o impacto da fuga de cérebros africanos para o setor privado internacional. Uma das sugestões foi o financiamento de esquemas de compensação para os países africanos que perdem profissionais gabaritados para os países ricos.

Paz e segurança

Além do ‘curativo’ da reconstrução pós-conflito, os participantes falaram em unísono sobre priorizar as ações para abordar as raízes das causas de conflitos. A causa do conflito é clara, dizem as vozes africanas:

“falta de capacidade do Estado para regulamentar o uso dos recursos naturais”

Os participantes também apontaram a necessidade de melhorar a segurança humana individual – o impacto do HIV/AIDS, a exclusão social, etc – e de não se concentrar somente na segurança entre estados-nações.

Isto não significa reinventar a roda: há várias iniciativas nacionais promissoras já em prática na África, como a Missão Africana no Burundi.

As nações ricas deveriam se concentrar na regulamentação mais eficaz do setor privado internacional, que é freqüentemente acusado de pôr lenha na fogueira do conflito africano através de seus esforços para ter acesso aos recursos naturais e de sua boa-vontade para fornecer armas.

Oportunidades de crescimento

“Nenhuma democracia sustentável pode ser construída sobre estômagos vazios”

Securizar e incentivar o ambiente fiscal e regulamentar é mais importante para promover o crescimento econômico sustentado do que a intervenção direta do governo nos mercados e o aumento dos recursos financeiros. O objetivo principal deve ser uma melhor integração do mercado, permitindo que a população rural pobre venda produtos ou trabalhe nos mercados urbanos, ou permitindo que os empresários com poucos recursos tenham acesso ao capital de risco dos indivíduos mais abastados e do setor privado.

Os governos africanos deveriam se concentrar especificamente em incentivos eficazes (impostos, finanças, comércio); numa regulamentação apropriada (saúde e segurança, controle de qualidade, meio ambiente, direito contratual); e nos serviços

Os participantes, de maneira geral, acolheram favoravelmente a proposta da Comissão pela África para que os países ricos abram seus mercados aos produtos africanos agrícolas e manufaturados, ao trabalho e aos serviços off-shore, no espírito de aumentar os incentivos econômicos para o desenvolvimento africano.

de informação amplamente disponíveis (pesquisa agrícola, informação de mercado), com o objetivo de fazer com que o setor privado se torne o motor do desenvolvimento da África.

Para os setores produtivos como a agricultura, nesta era de especialização internacional e mercados de nicho, uma intervenção de 'tamanho único' no setor deixou de ser uma opção e os governos africanos precisam ir em busca de um apoio mais adequado.

A infra-estrutura ainda é um grande obstáculo para o desenvolvimento da África, mas os velhos métodos não são mais convenientes. As prioridades atuais são as redes de transporte regionais integradas (como as promovidas pela COMESA na África do leste e na África do sul) e o investimento na 'superhighway de informação'.

Financiamento ao desenvolvimento

“Não existe atalho para que uma semente se transforme em árvore”

Os participantes destacaram o papel importante que as organizações da sociedade civil podem ter no financiamento do desenvolvimento da África. Conseqüentemente, os governos devem providenciar um ambiente mais estimulante para elas.

Os países ricos podem ajudar :

- Apoiando tanto a integração regional como os estados-nações individuais.
- Comprometendo-se em relações sólidas com os parceiros africanos de desenvolvimento.
- Apoiando mais pesquisas sobre modalidades alternativas de ajuda, através de uma iniciativa conjunta entre a Comissão pela África e a União Africana.

Os participantes destacaram duas questões prioritárias do financiamento ao desenvolvimento para as nações ricas: o cancelamento da dívida (em vez de sua redução); e a relação de ajuda entre os países ricos e a África. A África precisa se tornar um parceiro mais igualitário em suas relações de ajuda. Ao mesmo tempo, sua capacidade de absorção é limitada.

Fazendo a diferença

“Se o método habitual for mantido, os compromissos não serão traduzidos em resultados concretos”

A Comissão pela África ainda não tem planos concretos para implementar o programa de ação proposto. O que a Comissão precisa fazer para assegurar que as necessidades e as aspirações dos africanos ordinários sejam abordadas pelos governos africanos e pelos países ricos?

Nas respostas, os participantes ressaltaram que o NEPAD é o centro ideal para trabalhar na África, aliando-se a uma vasta gama de atores dos países envolvidos nos processos do NEPAD para trazer outros países a bordo.

Em termos de ações práticas, os países ricos são incentivados a apoiar o NEPAD da seguinte forma :

- reforçando os atuais blocos regionais de construção, através do co-financiamento da COMESA, da SADC, da CEDEAO, da EAC e da IGAD;
- apoiando o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento e avaliação para o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares do NEPAD;
- incentivando a incorporação da sociedade civil nos processos do NEPAD, através da provisão de fundos competitivos, por exemplo.

As nações ricas podem ajudar:

- Apoiando o NEPAD;
- Executando os compromissos internacionais existentes – com um papel-chave para as Nações Unidas e o G8, e pondo em prática os sistemas de monitoramento independentes;
- Aumentando a consulta, e especialmente garantindo que as vozes dos grupos locais e marginalizados da África sejam ouvidas;
- Fazendo investimentos e compromissos a longo prazo.